

CONSIDERAÇÕES E INDICATIVO DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 24 DE ABRIL DE 2024

A Direção Nacional convocou Assembleia em caráter extraordinário, a se realizar na quarta-feira (24 de abril), para submeter à deliberação da categoria a proposta de acordo do Ministério da Gestão e Inovação para 2024, que prevê reajuste zero para 2024.

Para a Direção Nacional, o reajuste anual do vencimento básico é um direito constitucional dos servidores públicos federais e, além disso, uma parte importante e vital da proteção da remuneração. Direção Nacional, como se verá no texto do **Indicativo Único**, encaminha **pela rejeição à proposta do governo** considerada inaceitável e que, além do mais, não avança, mas sim retrocede, em relação à proposta que já havia sido amplamente rejeitada pela categoria. Em assembleia realizada em 4/1/24, 93,56% dos Auditores-Fiscais votantes rejeitaram a primeira proposta do governo para o vencimento básico.

Indicativo Único – Repúdio à proposta do MGI - Em reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada no dia 10/4/24, pelas Secretarias de Relações de Trabalho (SRT) e de Gestão de Pessoas (SGP), do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), o governo apresentou a minuta de acordo para o conjunto dos servidores na qual mantém o reajuste zero no vencimento básico para 2024, não indica percentuais de reajuste para os próximos anos e propõe reajuste apenas nos valores dos auxílios (alimentação, saúde e creche). Veja a minuta do termo de acordo no anexo 1.

Segundo a cláusula segunda da minuta, as negociações relativas à reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das Mesas Específicas e Temporárias, que devem ser instaladas até julho deste ano.

A Direção Nacional considera inaceitável encerrar a luta para que o vencimento básico seja reajustado pelo governo federal ainda em 2024. A proposta ignora que a perda inflacionária acumulada desde janeiro de 2016 até outubro de 2023 está próxima de 40%. Ao restringir o ganho financeiro em 2024 aos benefícios, o governo penaliza ainda mais aposentados e pensionistas, que não serão contemplados pelo aumento nos auxílios (à exceção do ressarcimento do auxílio saúde suplementar) Resumindo: o governo propõe que, apesar da pressão inflacionária e de sete anos sem reajuste – excetuando-se os 9% de 2023 – aposentados e pensionistas sejam novamente o grupo mais prejudicado pela ausência de uma política remuneratória justa e consistente para os servidores públicos federais.

O reajuste do vencimento básico é uma relevante reivindicação aprovada pelos Auditores-Fiscais e faz parte da pauta de luta dos Auditores-Fiscais. Em assembleia realizada em 5/12/23, a categoria autorizou a Direção Nacional que retomasse a luta imediatamente, em novas e diferentes frentes de negociação, com vistas à recomposição inflacionária do vencimento básico pelo índice do INPC acumulado desde janeiro de 2016.

O Sindifisco Nacional, ainda assim, continuará reivindicando ao governo federal a instalação imediata de sua Mesa Específica e Temporária para que seja possível avançar na negociação com o MGI na discussão dos pleitos da categoria, a respeito não apenas do reajuste do Vencimento Básico para 2024, mas também sobre as demais pautas como reestruturação de carreira, destinação de rubricas do Fundaf para adequação do ressarcimento de saúde suplementar, entre outras.

A Direção Nacional encaminha CONTRARIAMENTE à proposta (Indicativo Único – opção B).

**INDICATIVO PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 24 DE ABRIL DE
2024**

Favor encaminhar o resultado por meio do Portal de Serviços.

DS: _____

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: ____ Aposentados: ____ TOTAL: _____

INDICATIVO ÚNICO – Os Auditores-Fiscais, relativamente à proposta apresentada pela Secretaria de Relações de Trabalho, do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPN), em 10 de abril de 24, conforme conteúdo detalhado nas considerações a este indicativo:

- a) Aceitam
- b) Rejeitam
- c) Abstenção